

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de abril, em Brasília.

PREVIDÊNCIA, ORÇAMENTO IMPOSITIVO E MEDIDAS PROVISÓRIAS.

A semana inicia com os olhos no Congresso Nacional. O Governo tenta vencer a obstrução da oposição na votação da Reforma da Previdência em meio ao movimento do “centrão” pró-aprovação do Orçamento Impositivo já nesta semana.

O que se observou nesta segunda foi a derrota do governo marcada pela falta de experiência da ala governista e do presidente da Comissão na condução dos trabalhos. Somente as discussões visando a aprovação de um acordo para uma rápida votação do Orçamento Impositivo com o objetivo de diminuir o prejuízo do debate da Reforma da Previdência tomaram toda a tarde de trabalho dos deputados, roubando tempo precioso para a votação da reforma na Comissão.

Mas a votação da pauta do centrão pode causar ainda prejuízos maiores ao Palácio do Planalto. Começa agora uma corrida para

aprovação das 24 Medidas Provisórias em discussão no Congresso. Dessas, apenas 2 encontram-se prontas para a votação no Plenário da Câmara e 1 já no Plenário do Senado. Com isso, quanto mais se perder tempo com a discussão de itens polêmicos e não as Medidas Provisórias, maior será a possibilidade de algumas medidas ficarem pelo caminho.

Dentre as 21 matérias em discussão nas Comissões Mistas, 15 tem prazo de encerramento de vigência no dia 3 de junho. Assim, o Governo terá apenas 7 semanas para votá-las nas Comissões e aprová-las nos Plenários das duas Casas.

Será necessário bastante organização e articulação do Palácio do Planalto para evitar o acúmulo de matérias nos Plenários em meio ao conhecido trabalho de obstrução da oposição. Com o curto prazo à vista, o Congresso terá que imprimir um ritmo acelerado de aprovação de mais de 2 Medidas Provisórias por semana até o fim de maio para evitar derrotas ao Governo.

Destaques da Semana

Segunda

- Início da [deliberação sobre a PEC da Reforma da Previdência](#) na CCJC.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Jair Bolsonaro participou hoje (15) de reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia), o secretário especial de desestatização e desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar e o advogado Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se encontrou ao longo desta segunda (15) com os ministros Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura); e com os líderes do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) e deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO)

MCTIC

Ministério da Ciência
Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Agenda Internacional

- ✓ Paris (França) - 20ª Sessão do Comitê de Políticas Regulatórias (RPC); 12ª sessão da Rede de Reguladores (NER); e 4º Fórum em Governança de Infraestrutura, todos da OCDE.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Após retornar de compromissos nos Estados Unidos, **Paulo Guedes** se reuniu, nesta segunda (15), com o presidente Jair Bolsonaro e com os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura).

Agenda Internacional

- ✓ Paris (França) – Reunião do Comitê de Governança Corporativa da OCDE.
- ✓ Ciudad Del Este (Paraguai) – Reunião Bilateral Local da Área de Controle Integrado (ACI).

Balança Comercial – A balança comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 1,3 bilhões na segunda semana de abril. A média das exportações da segunda semana de abril de 2019 (US\$ 889,8 milhões) ficou 18,4% abaixo da média registrada na primeira semana do mês (US\$ 1,1 bilhão), em razão, principalmente, da diminuição nas exportações nas três categorias de produtos: semimanufaturados (-32,4%); manufaturados (-20,9%) e básicos (-12,9%). Nas importações, se compararmos a média da segunda semana, (US\$ 612,2 milhões) e a média da primeira semana de abril deste ano (US\$ 646,3 milhões), houve queda de 5,3%. A redução pode ser explicada, principalmente, pela diminuição nos gastos com combustíveis e lubrificantes, cereais e produtos da indústria de moagem, químicos orgânicos e inorgânicos, aeronaves e peças, adubos e fertilizantes. Fonte: ASCOM-ME

BACEN
Banco Central do Brasil

Boletim Focus - Os economistas do mercado financeiro elevaram a previsão para a inflação este ano. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 3,90% para 4,06% pela segunda semana consecutiva. A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), recuou de 1,97% para 1,95%. Para 2020, a estimativa é de queda de 2,70% para 2,58%. Para a Selic, o mercado financeiro manteve os 6,5%, pela décima semana, até o fim de 2019. Para o final de 2020, a estimativa para a taxa permaneceu em 7,50% ao ano. A cotação do dólar permanece em R\$ 3,70 pela décima semana consecutiva para 2019. Para 2020, a projeção saiu de R\$3,75 para R\$3,78 pela primeira semana. Já a projeção para a balança comercial em 2019 reduziu para US\$ 50,14 bilhões. Para 2020, a estimativa de superávit foi de US\$ 46,01 bilhões para US\$ 46,00 bilhões.

BNDES
Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e
Social

Agenda do presidente – **Joaquim Levy** participou nessa segunda (15) como palestrante em Almoço-Debate promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) e se reuniu com a diretoria do Grupo Suzano.

MJSP

Ministério da Justiça e
Segurança Pública

Agenda do ministro – **Sérgio Moro** se reuniu nesta segunda (15) com a empresa pública de tecnologia (CEITEC).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Tendo em vista o feriado da semana santa nesta sexta (19), as atividades da Câmara e do Senado foram agendadas para ocorrerem até quarta (17). Os deputados, inclusive, anteciparam o início das sessões deliberativas do Plenário para segunda (15).

Comissões Mistas

Na terça (16), as Comissões Mistas da **MPV 866/18** (Criação da empresa NAV Brasil), da **MPV 862/18** (Estatuto da metrópole), da **MPV 863/18** (Código Brasileiro de Aeronáutica) e da **MPV 861/18** (Transferência da Junta Comercial do Distrito Federal), convocaram reuniões deliberativas para apreciação dos relatórios.

Já a Comissão da **MPV 875/19** (Auxílio Emergencial Pecuniário para famílias de Brumadinho) deve deliberar sobre o plano de trabalho a ser apresentado pelo relator, senador Antonio Anastasia (PSDB/MG).

No mesmo dia, também serão realizadas audiências públicas no âmbito das Comissões Mistas da **MPV 867/18** (Programa de Regularização Ambiental), **MPV 868/18** (Altera o marco legal do saneamento básico) e **MPV 869** (Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD).

Já na quarta (17), será promovida a última audiência pública da **MPV 869** (Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD). No mesmo dia, as Comissões da **MPV 870/19** (Organização da Presidência e dos Ministérios) e da **MPV 871/19** (Combate a irregularidades em benefícios previdenciários) irão analisar os planos de trabalho a serem apresentados pelos relatores, respectivamente, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC/PR).

Câmara dos Deputados

Plenário

A pauta do Plenário encontra-se trancada por duas medidas provisórias, a **MPV 855/18** (Distribuidoras de Energia) e a **MPV 859/18** (Viabiliza empréstimos do FGTS para santas casas).

Outros destaques são a apreciação do **PL 1292/95**, que dispõe sobre a modernização da Lei de Licitações e o **PL 9617/18**, que trata da gestão compartilhada dos recursos públicos.

Durante a semana acontecerão também a sessão solene em homenagem ao 59º Aniversário de Brasília, na segunda (15), e ao Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária, na quarta (17).

Senado Federal

Plenário

Os senadores devem deliberar sobre o **PEC 13/15**, que dispõe sobre o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; e o **PL 1321/19**, que garante a autonomia dos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios.

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA	Previdência	Reunião – Deliberação do parecer do relator, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG), pela admissibilidade da PEC 6/19 (Reforma da Previdência). Câmara CCJC Segunda (15)
		Seminário – Discussão do regime próprio e do regime geral da reforma da Previdência e das implicações da retirada do trabalhador aposentado do depósito de FGTS e da multa de 40% aplicada em caso de demissão sem justa causa ou de 20% com justa causa. Câmara CTASP Terça (16)
		Reunião – Deliberação do parecer a ser apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PE), sobre a PEC 34/19 (Orçamento Impositivo), proveniente do Senado Federal. Câmara CCJC Segunda (15)
	Orçamento Impositivo	Reunião – Deliberação do parecer a ser apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PE), sobre a PEC 34/19 (Orçamento Impositivo), proveniente do Senado Federal. Câmara CDR quarta (17)
	Desenvolvimento Regional	Pauta – reunião de trabalho para sistematizar a avaliação dos Centros de Desenvolvimento Regionais. Câmara CDR quarta (17)
EDUCAÇÃO		Audiência Pública – Debater sobre Empresas Juniores: “Ajudando a construir universidades empreendedoras”. Foram convidados o presidente da Brasil Júnior, Renan Nishimoto ; e o coordenador do projeto Universidades Empreendedoras da Brasil Júnior, Lucas Martins . Câmara CE Terça (16)
	Empresas Juniores	
POLÍTICA		Reunião – Deliberação do parecer do relator, senador Marcos Rogério (DEM/RO), pela aprovação do PL 1321/19 (Autonomia dos partidos políticos). Senado CCJ Terça (16)
	Partidos Políticos	

Política

Bolsonaro cria órgão para perdoar multas ambientais. O presidente Jair Bolsonaro criou um órgão regulatório com o poder de perdoar ou revisar multas ambientais, em uma medida para combater o que ele tem descrito como uma “indústria das multas” que ameaça a subsistência de agricultores e pecuaristas. Ambientalistas alertam que a medida pode prejudicar o cumprimento de leis contra o desmatamento em biomas sensíveis, como a floresta amazônica. Em decreto publicado no Diário Oficial na quinta-feira, Bolsonaro criou um “núcleo de conciliação ambiental” em seu governo com poderes para resolver disputas ambientais. O decreto entra em vigor em 180 dias. Fonte: Reuters

Dívida de concessionárias de quase R\$ 6 bilhões ameaça bancos públicos. Sem crédito no mercado e com problemas financeiros, concessionárias de rodovias e aeroportos acumulam uma dívida de quase R\$ 6 bilhões com bancos públicos, especialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse montante representa quase 90% da dívida de quatro concessionárias (Viracopos, Via-040, Rota do Oeste e Concebra) em dificuldades, sendo que a maioria delas pode perder a concessão por não cumprir o contrato. Fonte: O Estado de S. Paulo

Polícia investiga rombo milionário de cartórios em São Paulo. A Polícia Civil investiga o rombo milionário dos cartórios de São Paulo, Guarulhos e Santos contra o Estado. Um total de R\$ 57 milhões deixou de ser repassado ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça, ao Fundo de Compensação dos Atos Gratuitos do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Complementação da Receita Mínima das Serventias Deficitárias e à Carteira de Previdência das

Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado e também não foram pagos em imposto de renda. Fonte: O Estado de S. Paulo

Grupo de Doria quer ‘faxina ética’ no PSDB. Maior liderança tucana hoje, o governador de São Paulo, João Doria, disse que o PSDB encomendou uma pesquisa para avaliar entre outras coisas a possibilidade de uma mudança no nome do partido. Além disso, aliados do governador planejam promover o que chamam de “faxina ética” na agremiação após a convenção nacional da sigla, que está marcada para junho. Fonte: O Estado de S. Paulo

PSDB encomenda pesquisa para avaliar mudança de nome. Maior liderança tucana hoje, o governador de São Paulo, João Doria, disse que o PSDB encomendou uma pesquisa para avaliar entre outras coisas a possibilidade de uma mudança no nome do partido. A possibilidade de troca do nome de um dos mais tradicionais partidos políticos do Brasil foi revelada pela Coluna do Estadão. Segundo Doria, a reavaliação dos rumos do PSDB não representa uma guinada à direita abandonando o legado social-democrata tucano, como temem algumas lideranças históricas da legenda. Fonte: O Estado de S. Paulo

Alcolumbre diz que CPI da ‘Lava Toga’ não está na pauta: ‘Não é bom para o Brasil’. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deixou claro neste sábado, 13, que não pretende instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Judiciário, a chamada CPI da ‘Lava Toga’. Em entrevista, em Macapá, ele disse que não há previsão de colocar em pauta a proposta de uma investigação que pode acirrar de vez os ânimos entre os poderes. Há duas semanas, ele rejeitou em plenário o pedido de instalar a CPI, mas recorreu de ofício encaminhando o caso para análise da Comissão de Constituição e Justiça. Alcolumbre minimiza a possibilidade de a proposta voltar a ser discutida no plenário. Na entrevista, o senador se coloca como um intermediador da crise entre o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), e o Legislativo. Sobre a PEC da reforma da Previdência, Alcolumbre admite que a pauta não é simpática e nunca será. Ele lembra que alguns parlamentares questionam pontos da reforma, como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e defende que o governo não mexa no benefício, para proteger os mais humildes. O Estado acompanhou as agendas de Alcolumbre em Macapá nos últimos dois dias. É a segunda vez que o presidente do Senado retorna ao Estado natal após assumir o posto de quarto na linha sucessória do País. Em menos de 48 horas, ele teve três agendas públicas e duas conversas privadas com políticos locais. A mais importante, para ele, foi receber o presidente Bolsonaro na inauguração do novo aeroporto da cidade, que levou mais de 15 anos para ser construído e foi alvo de investigações da Polícia Federal. O novo espaço, com capacidade para mais de 5 milhões de passageiros por ano – 10 vezes a mais do que o utilizado hoje –, leva o nome do seu tio, Alberto Alcolumbre, conhecido como “Bacana”. Fonte: Estado de S. Paulo

Deputada federal do PSL afirma que foi ameaçada por ministro do Turismo. A deputada federal Alê Silva (PSL-MG) acusou neste sábado, 13, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, presidente da legenda em Minas Gerais, de tê-la ameaçado de morte e também de prometer acabar com sua carreira política. A parlamentar conta que soube, na última quarta-feira, 10, que ele teria afirmado a alguns parlamentares do PSL que “iria usar de toda a sua influência como ministro e dentro do próprio partido para acabar com ela”. O ministro nega as acusações (leia mais abaixo). Ao Estado, ela não apresentou provas das possíveis ameaças e disse que foi informada também por interlocutores que Marcelo Álvaro estaria com “ódio mortal” dela após descobrir que foi a congressista que havia passado as informações sobre candidaturas laranjas ao Ministério Público, por meio de uma associação. “O ódio dele está tão evidente que ele não me chama pelo apelido – Alê –, mas sim pelo meu nome, Alessandra. Isso foi observado por um dos que participaram da reunião”, conta a deputada. Fonte: Estado de S. Paulo

‘Revogação’ de Bolsonaro anula ato de 115 anos atrás. O ‘revogação’ de decretos iniciado pelo governo não poupou textos históricos publicados nas últimas décadas pela República. Em sua ofensiva contra os atos que “incham o Estado”, o presidente Jair Bolsonaro tratou de riscar do mapa registros oficiais, como um texto editado na segunda-feira de 24 de setembro de 1956, pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Cinco dias depois de publicar a lei que transferia a capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, Juscelino assinava o decreto n.º 40.017, criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. A estatal, que viria a se chamar Novacap, seria a responsável por erguer a nova sede do governo federal. Bolsonaro extinguiu o decreto. Em sua ofensiva contra os decretos, Bolsonaro colocou servidores para fuçar todas as edições feitas pelo governo desde que o Brasil se tornou República, em 15 de novembro de 1889, data em que o marechal Deodoro da Fonseca tomava o poder das mãos do imperador dom Pedro II e editava o decreto n.º 1, que “proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais”. Até onde se sabe, este segue em vigor. O ato mais antigo apagado pelo novo ocupante do Palácio do Planalto foi publicado em 1903 pelo então presidente Rodrigues Alves, que governou o País entre 1902 e 1906. Rodrigues Alves, que chegou a receber o título de “conselheiro do Império” pela princesa Isabel, teve seu decreto n.º 5.039 apagado para sempre e, com ele, sua medida

que previa “novas instruções para o exame dos candidatos aos logares de segundo secretário de legação”, cadeira que existia no Itamaraty, então comandado pelo Barão do Rio Branco. Fonte: Estado de S. Paulo

Embaixada nos EUA vira alvo de disputa no Itamaraty. Com a remoção do embaixador Sérgio Amaral de Washington, tanto a embaixada brasileira nos Estados Unidos quanto a embaixada americana no Brasil estão, na prática, acéfalas. Quem responde pela embaixada dos EUA em Brasília desde o ano passado é o encarregado de Negócios, William Popp. A expectativa era de que o nome do novo embaixador fosse anunciado para o presidente Jair Bolsonaro no seu encontro com Donald Trump, mas isso não ocorreu. A partir da publicação da sua remoção no Diário Oficial da União, que ocorreu nesta sexta-feira, 12, Amaral ainda tem dois meses para providenciar a mudança e fazer a transição, mas o que o mundo diplomático, empresarial e político quer efetivamente saber é quem será seu substituto nesse posto, disputado por dez entre dez diplomatas não apenas brasileiros, mas do mundo todo. No dia 13 de março, num café da manhã com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que trocava o embaixador do Brasil em Washington – o cargo mais importante do Itamaraty no exterior – e justificou que o ocupante que Amaral não estava defendendo a imagem do Brasil. Naquela conversa, Bolsonaro justificou que não poderia tirar Sérgio Amaral imediatamente porque estava às vésperas de embarcar para uma visita oficial aos EUA e que a decisão só seria formalizada na volta. Indicado pelo seu amigo José Serra, então chanceler do presidente Michel Temer, Amaral soube do afastamento pela imprensa e começou a arrumar malas, gavetas e acomodação para sua filha, que estuda nos EUA. Mas a visita de Bolsonaro acabou e a demissão não veio. Depois de o Itamaraty lhe pedir para esperar mais um tempo, Amaral inverteu o jogo: ligou para o Itamaraty em Brasília, alegou que sua mãe está doente e pediu para ser logo transferido. Ele tem dois meses para efetivar a mudança para a representação do Itamaraty em São Paulo, onde morava antes de ir para Washington. Ele é embaixador aposentado, o que não o impede de assumir embaixadas no exterior nem o futuro cargo. Fonte: Estado de S. Paulo

Bolsonaro enaltece extinção de conselhos federais com atuação da sociedade civil. O presidente Jair Bolsonaro enalteceu neste domingo (14) o ato assinado por ele na última quinta-feira (11) que pode extinguir dezenas de colegiados da administração federal com a participação da sociedade civil. "Gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil, não se importando com as reais necessidades da população", escreveu o presidente nas redes sociais, ao compartilhar página de um blog que chama os conselhos de "soviets do PT". O ato celebrado pelo presidente foi assinado durante evento de balanço dos cem dias de governo. A medida foi apresentada a empresários como um gesto para desburocratizar e trazer mais economia para a administração pública. Entre os colegiados que podem ser extintos estão os que discutem temas como relações de trabalho, Previdência, políticas indigenistas, transportes e drogas, além de direitos do idoso e da população LGBT. A decisão inclui todos os conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e "qualquer outra denominação" dada aos colegiados, criados por decretos, ato normativo ou de outro colegiado. Fonte: Folha de S. Paulo

União pagou R\$ 455,82 mi em março em dívidas garantidas de Estados, diz Tesouro. Em meio às dificuldades financeiras de vários Estados, a União precisou arcar com o pagamento de R\$ 455,82 milhões em dívidas garantidas dos entes subnacionais em março. O número, referente a operações de crédito, consta do Relatório de Garantias Honradas pela União, foi divulgado na tarde desta segunda-feira, 15, pelo Tesouro Nacional. O Rio de Janeiro foi o Estado com mais problemas. A União precisou arcar no mês passado com R\$ 305,56 milhões relativo à inadimplência do Estado. No caso de Minas Gerais, o montante foi de R\$ 150,26 milhões. Fonte: DCI

Na CCJ, governistas dão sinais de que aceitarão inverter pauta. Com a iminência de uma vitória do Centrão, governistas dão sinais de que vão aceitar a inversão de pauta na Comissão de Constituição Cidadania e Justiça (CCJ) nesta segunda-feira, 15, para que a proposta de emenda à constituição do Orçamento impositivo seja analisada antes de dar continuidade ao debate da reforma da Previdência no colegiado. Pouco antes do fechamento deste texto, o líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (PSL-GO) disse que o partido não se opõe à aprovação da PEC do Orçamento. "Somos favoráveis a votar os dois. A ordem não altera", afirmou Waldir. Ele disse ainda que é "indiferente" o que se vote primeiro desde que a admissibilidade da reforma da Previdência seja aprovada até esta quarta-feira, 17. No entanto, ao inverter a pauta do dia, o cronograma da CCJ para esta semana fica indefinido já que há diversas estratégias que poderão ser usadas, principalmente pela oposição, para se adiar o debate da Previdência. Fonte: DCI

Onyx: “O governo cumpriu nesses 100 dias muito mais que as 35 metas propostas”. Em evento nesta quinta-feira (11), o Presidente da República, Jair Bolsonaro, falou de seus primeiros 100 dias à frente do governo e anunciou dentre outras medidas o décimo-terceiro pagamento aos beneficiários do Bolsa Família já para dezembro deste ano. Para o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o governo demonstrou, com a apresentação do balanço dos primeiros 100 dias de gestão, sua referência de planejamento. “O Governo, desde a transição, adotou como forma de organização e método, normas de governança pública desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União e que têm referência na OCDE. É um modelo que difere desde sua origem de todos os governos que nos precederam. O Brasil

passa a adotar uma governança que se equipara às principais nações do mundo, que é uma exigência para os países que pretendem ser membros da OCDE”, disse. O ministro ressaltou ainda que “o governo cumpriu nesses 100 dias muito mais que as 35 metas propostas. Inclusive, vários decretos e projetos de lei foram assinados hoje, mostrando a preocupação de o governo ter caminhado para a redução do tamanho do Estado, a redução dos níveis hierárquicos, a centralização das unidades de compras e aquisição. Para que o governo seja eficiente, enxuto, absolutamente aberto para o acesso pelo cidadão”, afirmou. Onyx destacou que o chamado “revogação”, primeiro dos atos assinados, envia uma mensagem clara: “queremos tirar o governo do cangote do brasileiro. Queremos desburocratizar”, concluiu. Fonte: ASCOM-Casa Civil

Decreto extingue 13 mil cargos efetivos que estavam em desuso no Governo Federal. O Governo Federal extinguiu nesta sexta-feira, com a publicação do Decreto nº 9.754/2019 no Diário Oficial da União, cerca de 13 mil cargos efetivos do seu quadro de pessoal. A medida não visa uma economia orçamentária imediata. São funções que perderam razão de existir e que não serão repostas, como jardineiro, mestre de lancha, atendente bilíngue e operador de máquinas agrícolas, entre outras. “A maior parte é composta de cargos que já estavam vagos, de nível intermediário ou auxiliar”, explica o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart. “Nossa linha de atuação é modernizar e adequar o quadro de pessoal da administração pública à atual necessidade dos órgãos e é isso que estamos fazendo”. Fonte: ASCOM-ME

Poder Judiciário

STF considera constitucional lei estadual que trata de multa de fidelização. As operadoras de telefonia perderam um round na luta contra as leis estaduais que versam sobre telecomunicações. Nesta quinta-feira, 11, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, por unanimidade, improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4908) ajuizada pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel) contra uma lei do Estado do Rio de Janeiro, que obriga as operadoras de telefonia móvel e fixa a cancelarem a multa de fidelidade quando o usuário comprovar que perdeu o emprego após a adesão do contrato. Os ministros também decidiram que a norma é constitucional. De acordo com a relatora da ação, ministra Rosa Weber, a Lei Estadual 6.295/2012 é norma de proteção ao consumidor e rigorosamente contida nos limites do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, que autoriza União, estados e Distrito Federal a legislar sobre produção e consumo. “A norma questionada não apresenta interferência alguma na estrutura de prestação do serviço público nem no equilíbrio dos contratos administrativos, por isso não há de se falar em usurpação da competência legislativa privativa da União”, afirmou a relatora. Na ação, a Acel argumentou, com base na LGT, que a União seria a única legitimada a definir as condições de exploração do serviço e a estabelecer obrigações das operadoras associadas, tendo em vista que há um sistema nacional de telecomunicações que deve obedecer a um ordenamento jurídico uniforme em todo o território nacional, estabelecido a partir de disposições constitucionais e de leis federais. Fonte: Teletime

STF mantém lei que cancela multa para desempregados em planos de celular. O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, julgou improcedente Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4908) ajuizada pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel) e declarou constitucional uma lei do Estado do Rio de Janeiro que obriga as operadoras de telefonia celular e fixa a cancelarem a multa de fidelidade quando o usuário comprovar que perdeu o emprego após a adesão do contrato. De acordo com a relatora da ação, ministra Rosa Weber, a Lei estadual 6.295/2012 é norma de proteção ao consumidor. Para a ministra, a está rigorosamente contida nos limites do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, que autoriza União, estados e Distrito Federal a legislar sobre produção e consumo. “A norma questionada não apresenta interferência alguma na estrutura de prestação do serviço público nem no equilíbrio dos contratos administrativos, por isso não há falar em usurpação da competência legislativa privativa da União”, afirmou a relatora. Na ação, a Acel argumentou que a União seria a única legitimada a definir as condições de exploração do serviço e a estabelecer obrigações das operadoras associadas, tendo em vista que há um sistema nacional de telecomunicações que deve obedecer a um ordenamento jurídico uniforme em todo o território nacional. A Acel alegava ainda que a obrigação imposta pela lei compromete o equilíbrio econômico financeiro das autorizações concedidas às operadoras associadas, na medida em que possibilita ao usuário deixar de arcar com os valores da rescisão antecipada do contrato de prestação de serviços. Fonte: Telesintese

Previdência

Governo responsabiliza Maia e Francischini por atrasos na Previdência. Sem uma articulação política consolidada no Congresso, o Palácio do Planalto tem atribuído os atrasos na tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e ao comandante da Comissão de Constituição e Justiça, Felipe Francischini (PSL-PR). Para o núcleo do presidente Jair Bolsonaro, um tem trabalhado contra, enquanto o outro não tem “dado conta do serviço”. Após anunciar que não se envolveria mais nas

negociações em prol da PEC, que isso cabe à base do governo e a ele, como presidente da Câmara, compete pautar o tema quando se julgar haver votos suficientes, Maia passou a ser tratado como "traidor" por alguns, "vira casaca" por outros. Isso tudo em conversas privadas. Fonte: Congresso em Foco

Governo estima 170 mil postos de trabalho a mais em 2019 com aprovação da reforma da Previdência. O Ministério da Economia projetou nesta segunda-feira que o país pode ter 170 mil postos de trabalho a mais em 2019 caso a reforma da Previdência seja aprovada tal qual enviada pelo governo, número que crescerá ano a ano até chegar a 2,9 milhões de postos adicionais em 2021. Nesse cenário, o país começaria 2022, último ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, com um acumulado de 4,3 milhões de empregos formais a mais, apontou a Economia. Os cálculos, feitos pela subsecretaria de Macroeconomia da pasta, levaram em conta os dados coletados pelo boletim Prisma Fiscal sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com e sem a reforma previdenciária. Na visão dos economistas consultados pelo ministério, o crescimento econômico irá acelerar a 2,1 por cento neste ano com a reforma, ante expectativa básica de 1,95 por cento, percentual que considera a aprovação parcial do texto. Sem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que muda as regras para aposentadoria, a elevação será de apenas 1 por cento. Segundo o subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), Marco Antônio Cavalcanti, todos os analistas que responderam ao questionário acreditam numa aprovação da PEC ainda neste ano. "A análise dos números que enviaram indica, também, que quanto maior a potência fiscal alcançada maior será o crescimento da economia", afirmou ele, em nota publicada pelo ministério. Com a proposta chancelada na íntegra pelo Congresso, a expectativa é de um avanço do PIB de 3,5 por cento em 2020, 3,45 por cento em 2021 e 3 por cento em 2022, mostrou o Prisma. Com a aprovação parcial, os percentuais são de 2,8 por cento em 2020, 2,7 por cento em 2021 e 2,5 por cento em 2022. Já sem a PEC, a expectativa é de expansão do PIB de 0,5 por cento em 2020, 0,75 por cento em 2021 e 1 por cento em 2022. Os números contrastam com os divulgados anteriormente pela SPE, com resultados mais drásticos. Fonte: DCI

Dólar recua ante real de olho em avanço da Previdência na CCJ. O dólar caía ante o real nesta segunda-feira, com investidores monitorando de forma cautelosa a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que pode começar a discutir a reforma da Previdência já nesta segunda-feira, e eventuais desdobramentos da intervenção do governo na Petrobras. Às 12:16, o dólar recuava 0,24 por cento, a 3,8798 reais na venda. Na sexta-feira, a divisa fechou com avanço de 0,83 por cento, a 3,8892 reais na venda. O dólar futuro oscilava em torno da estabilidade. Na sexta-feira, o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), afirmou que a reforma será o primeiro item da pauta da comissão desta semana, seguida da proposta que torna o Orçamento mais impositivo. Francischini reiterou que a intenção é votar a admissibilidade da proposta na CCJ nesta semana, mas afirmou que é difícil prever prazos. Na sexta-feira, o dólar chegou a superar 3,90 reais na máxima da sessão depois que o presidente Jair Bolsonaro admitiu ter ligado para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, levando a estatal a recuar no reajuste que já havia sido anunciado, e ter dito que terá de ser convencido sobre o reajuste em uma reunião que convocou para terça-feira. Prevalece entre agentes financeiros um clima de cautela no que tange o episódio envolvendo a Petrobras, movidos pela percepção de que a intervenção pode ter colocado o governo em uma posição mais complicada no lado político, o que alimenta temores sobre impacto na aprovação da Previdência. Fonte: DCI

Para líder do PSL, dá para CCJ votar esta semana reforma da Previdência e PEC do Orçamento impositivo. O líder do PSL na Câmara dos Deputados, Delegado Waldir (GO), afirmou nesta segunda-feira não ver problema em votar tanto a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento impositivo quanto a da reforma da Previdência na CCJ nesta semana, mais curta por conta do feriado da Páscoa. Segundo Waldir, haverá a reunião de coordenadores de bancada da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para tentar se chegar a um acordo de procedimentos para garantir que a votação de uma PEC não atrase a apreciação da outra. "Somos favoráveis a votar as duas. A ordem dos fatores não altera o produto", disse o líder do PSL a jornalistas na porta da comissão. "O cenário não está ruim", sustentou, acrescentando que a ideia dos defensores da reforma mais alinhados ao governo é votar a Previdência até a quarta-feira. Cronograma acertado entre os integrantes da CCJ previa a análise da admissibilidade da PEC da reforma da Previdência pela comissão até o dia 17. Mas parlamentares do centrão avisaram o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), de sua intenção de votar a PEC do Orçamento impositivo na comissão nesta segunda-feira. No fim da sexta-feira, Francischini afirmou que convocaria reunião da CCJ nesta segunda tendo a reforma da Previdência como o primeiro item da pauta. Não se opôs, no entanto, a uma votação do Orçamento impositivo após iniciada a discussão da Previdência. Eventual discussão e votação da PEC do Orçamento impositivo poderia atrasar a tramitação da reforma. Fonte: DCI

Último Foco

Brasil perde empresa de alta tecnologia antes de se tornar um país inovador. A indústria de alta tecnologia —que impulsionou a capacidade de inovar e o desenvolvimento de nações ricas como Estados Unidos, Alemanha e Coreia do Sul— está encolhendo no Brasil antes mesmo de deslançar. A constatação está em um estudo

que mapeia, pela primeira vez, a evolução do peso de diferentes segmentos industriais no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro ao longo de décadas e indica que o país vive um rápido e precoce processo de desindustrialização.

Somados, os cinco segmentos da indústria mais sofisticada entraram nos anos 1980 com uma participação de 9,7% no PIB, depois de uma fase de expansão na década anterior. Em 2016 —ano mais recente para o qual o recorte é possível—, essa fatia havia recuado para apenas 5,8% do PIB. Os segmentos mais sofisticados reúnem a indústria de eletrônica e informática; máquinas e equipamentos; química; automobilística e farmacêutica. As conclusões são do economista Paulo César Morceiro, que terminou seu doutorado na USP (Universidade de São Paulo) em 2018. Fonte: Folha de S. Paulo

Corte de verba marca início da gestão de Marcos Pontes no Ministério da Ciência. Em seus primeiros cem dias, o governo Bolsonaro não deu sinais de que deve satisfazer a principal reivindicação dos cientistas e reverter os cortes e contingenciamentos que o Ministério da Ciência tem sofrido desde 2015, como prometido na campanha presidencial. Pelo contrário: no fim de março, o Ministério da Economia anunciou um corte de 42% (o equivalente a R\$ 2,1 bilhões) no orçamento do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), comandado pelo astronauta Marcos Pontes. Os cortes também atingiram outros ministérios e representam uma economia potencial de R\$ 29,6 bilhões. O objetivo, segundo o governo, é melhorar o resultado primário (ou seja, reduzir o déficit). A área de ciência e tecnologia, porém, é considerada crucial para o desenvolvimento do país por economistas, gestores públicos e políticos, como o próprio presidente. Em carta à SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e à ABC (Academia Brasileira de Ciências), ainda candidato, escreveu: “Nós passamos por um momento muito difícil de crise no país, como todos sabem. Cada centavo de gasto tem de ser muito bem pensado e justificado. Mas CT&I [ciência, tecnologia e inovação], no nosso ponto de vista, não é gasto, é investimento.” Fonte: Folha de S. Paulo

Serviços de Telecomunicações têm retração de 1,1% em fevereiro. Os serviços de telecomunicações tiveram um recuo de 1,1% no mês de fevereiro, na comparação com janeiro. A informação consta na pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta sexta-feira, 12. O levantamento também aponta que houve avanço de 1,1% nos dois primeiros meses do ano, mesmo índice encontrado na comparação com fevereiro do ano passado. No entanto, a pesquisa indica retração de 1,3% dos serviços de telecom, nos últimos 12 meses. Os serviços de telecomunicações constam na cesta de serviços de informação e comunicação, que no mês de fevereiro avançou 0,8% na comparação com o mês anterior e teve incremento de 6,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o avanço foi de 4,8%, e nos últimos 12 meses o incremento foi de 1,2%. O levantamento também aponta que os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) avançou 0,8% na comparação mensal, e 7,3% no confronto com o mesmo mês de 2018. No acumulado do ano, o incremento foi de 6%. Enquanto que nos últimos 12 meses, o avanço registrado foi de 2%. A pesquisa do IBGE ainda indica que serviços de TI avançaram 4,8% na comparação entre janeiro e fevereiro. Na relação com o mesmo período do ano passado, o avanço foi de 22%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 17,3%, enquanto que nos últimos 12 meses o volume de serviços no segmento teve incremento de 9,5%. Nos serviços audiovisuais, os resultados indicam que na comparação mensal houve um incremento de 0,4%. No entanto, no confronto anual, o recuo foi de 0,8%. No acumulado do ano, a retração foi de 3,1% enquanto que nos últimos 12 meses, o resultado foi de queda de 4,3%. Fonte: Teletime

Investimento de telecom cresce após três anos e atinge R\$ 29,9 bi em 2018. Em 2018, o investimento realizado pelo setor de telecomunicações brasileiro avançou 7% frente a 2017 e totalizou aproximadamente R\$ 29,9 bilhões. No mesmo período, a receita bruta das empresas de telecom cresceu 1,3%, perfazendo R\$ 237,9 bilhões, segundo dados obtidos por este noticiário. A alta no volume de aportes foi a primeira após três anos consecutivos de recuo; em 2014, o investimento do setor somou R\$ 32,6 bilhões. Com os valores de 2018, o montante aportado pelas teles desde a privatização do sistema soma R\$ 795 bilhões, quando corrigido pelo IGP-DI, e R\$ 429 bilhões em valores totais. Já o pagamento de outorgas desde então exigiu R\$ 131 bilhões, também em valores corrigidos. Do ponto de vista das receitas brutas, o crescimento de 1,3% foi impulsionado por alta de 4% na telefonia móvel (para R\$ 102,4 bi) e por salto percentual ainda maior (9,3%) no segmento de banda larga fixa (para R\$ 45,9 bi). O faturamento bruto da indústria também cresceu no período, para R\$ 33,5 bilhões (alta de 4,5%). Já a receita bruta das operações de TV paga recuou 4,1% (para 27,5 bi), enquanto a da telefonia fixa derreteu 13% (somando R\$ 28,5 bi), refletindo o mesmo movimento das respectivas bases no período. Em 2017, o faturamento bruto de telecom havia crescido 0,7% e representava 3,6% do PIB. No ano passado, essa participação no produto interno bruto nacional recuou 0,1 ponto percentual, para 3,5%. Ainda em 2018 o setor pagou aproximadamente R\$ 31 bilhões em ICMS, além de recolher R\$ 6,8 bilhões para fundos setoriais. Fonte: Teletime

Governo de São Paulo anuncia programa de vigilância por drones. O governador de São Paulo, João Doria, anunciou nesta sexta-feira a implantação de um programa de vigilância da Polícia Militar por meio de drones, o Dronepol. O governo paulista vai comprar 208 drones para o programa, em um investimento estimado em mais de 6,3 milhões de reais. As aquisições devem ocorrer por meio de licitações ainda neste semestre e a entrega dos equipamentos deve acontecer até outubro. Fonte: Reuters

No Senado, Anatel apresenta agenda de projetos para telecom. O presidente da Anatel, Leonardo de Moraes, voltou ao Senado para defender a aprovação de projetos de lei de interesse direto do setor de telecomunicações. O principal destaque foi para a revisão do marco legal na forma do PLC 79/16, mas o pedido incluiu zerar o Fistel para internet das coisas e antenas VSats, além da ampliação da destinação do Fust. Além da visita, Moraes entregou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, uma mensagem na qual alinha os méritos dos projetos de lei, como o próprio PLC 79/16 e também o PLS 349/2018 e o PL 7.656/2017, além de ajustes na Lei do Seac (12.495/11). São, segundo a Anatel, “as questões mais prementes relacionadas à modernização da legislação setorial de telecomunicações”. Conforme a agência, “apesar de todo o esforço pela modernização do aparato legal, muita desinformação tem orbitado em torno de tão relevante Projeto legislativo, em particular quanto aos valores supostamente associados à questão da reversibilidade dos bens necessários à continuidade da exploração do serviço em regime público”. Alinha ainda o pedido que “matéria não menos relevante, igualmente objeto do mencionado PLS 349/2018, e também do PL 7656/2017, o tratamento tributário conferido aos terminais utilizados nas comunicações máquina a máquina precisa ser revisto. Tais dispositivos são massivamente empregados em sistemas e aplicações da chamada Internet das Coisas (IoT), que, para prosperar, necessita de um ambiente de negócios sustentável e propício à inovação e aos investimentos”. Por fim, a Anatel defende o fim da proibição ao controle cruzado no mercado de TV paga – questão presente na atual discussão dos efeitos no Brasil da compra da Time Warner pela AT&T. Diz a mensagem ser “premente a necessidade de visitar as limitações ao controle cruzado entre as prestadoras de serviços de telecomunicações e as empresas produtoras e programadoras de conteúdo, estabelecidas na Lei 12.485/2011”. Para a agência, “tal vedação hoje cria condições de tratamento não isonômico entre as empresas e obstaculiza o surgimento de novos modelos de negócio e a inovação no setor, em prejuízo aos consumidores dos serviços”. Fonte: Convergência Digital

CGI.br, Anatel e MCTIC escapam do Decreto que extingue colegiados. A publicação do Decreto 9759/19, que extingue e estabelece limitações a colegiados da administração federal, provocou uma corrida aos jurídicos para avaliação sobre os impactos práticos em comissões, comitês e outros grupos associados ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A leitura que prevalece entre os envolvidos é de que, por diferentes motivos, os critérios previstos no Decreto não alcançam entes como o Comitê Gestor da Internet, câmaras setoriais como a da internet das coisas e comissões criadas pela Agência Nacional de Telecomunicações. Segundo informou a Casa Civil ao Convergência Digital, a ordem presidencial é pela extinção de todos os colegiados. Cada ministério ou ente federal deve avaliar o orçamento e a conveniência de recriação dos grupos a eles ligados e criados sem previsão específica em lei. Nas contas do governo, são mais de 700 colegiados, sendo cerca de 365 deles diretamente ligados à Presidência da República. Para o presidente da Anatel, Leonardo de Moraes, embora ainda seja cedo para conclusões categóricas sobre o alcance das medidas do Decreto, grupos criados pela agência reguladora não serão afetados. “Creio que não se aplica àquilo que foi criado na atividade finalística das agências reguladoras, sob pena de ferir sua autonomia”, pondera. A regra geral prevê exceções. No CGI.br, por exemplo, o entendimento é que ele não se enquadra nos termos citados no Decreto pois não é um ente da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Além disso, como apontou o integrante por notório saber do Comitê Gestor, Demi Getschko, mudanças recentes também livram da extinção. Fonte: Convergência Digital

Presidente da ANATEL pede que senado autorize propriedade cruzada entre TELECOM e TV. O presidente da Anatel, Leonardo de Moraes, foi ao Senado em missão diplomática na semana passada. Levou consigo uma carta, entregue ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, descrevendo as necessidades do setor de telecomunicações e alguns pedidos. Na carta, Moraes, sugere que o Senado se debruce sobre a aprovação do PLC 79, mexa nas regras dos fundos setoriais, isente IoT e reduza taxas sobre v-sats. Pede, também, que o parlamento modifique parte da Lei do SeAC (que regula o setor de TV paga), passando a permitir a propriedade cruzada. No documento, Moraes pede que o marco legal para o setor de TV por assinatura seja revisto e alterado. A seu ver, a vedação à propriedade cruzada é hoje um empecilho ao desenvolvimento deste mercado. Para Moraes, o resultado da lei que veda a propriedade cruzada é um tratamento desigual para os diferentes competidores do mercado. “Além de já ter tido sua utilidade superada, tal vedação hoje cria condições de tratamento não isonômico entre as empresas e obstaculiza o surgimento de novos modelos de negócio e a inovação no setor, em prejuízo aos consumidores dos serviços”, opina. Fonte: Telesintese

Decreto de Bolsonaro deve extinguir o CDUST, da ANATEL, mas não o CGI.BR. O presidente Jair Bolsonaro publicou ontem, 11, decreto que extingue comitês e limita a ação de colegiados ligados à esfera federal no país. O decreto 9.759 diz que serão liquidados todos os organismos do tipo que tenham sido criados por decreto e que não tenham lei que definam suas competências. A primeira leitura provocou apreensão em diversos dos comitês e colegiados, com os departamentos jurídicos dos órgãos federais e autarquias se debruçando sobre o texto a fim de compreender o impacto da nova regra, que passa a valer em 28 de junho. Pelos cálculos do governo, 700 comitês ou colegiados serão liquidados. Restarão 50. A medida, defende, vai reduzir a burocracia. O decreto dá ainda 60 dias para que os comitês em risco de extinção se manifestem em defesa da própria existência para avaliação da Casa Civil. Em pastas como o MCTIC, haverá impacto sobre o funcionamento de conselhos importantes, que analisam o uso de recursos do Funttel, contribuem para a definição de políticas em IoT. Na Anatel, ao menos Gired, que administra o

desligamento da TV analógica no país, e o CDUST, que representa interesses dos consumidores, podem desaparecer. Fonte: Telesíntese